

Minha companheira, Malu de Oliveira, carinhosamente incentivou-me e tornou possível superar todos os obstáculos finais, todas as dificuldades. Leitora primeira, soube apontar os problemas e ajudou a resolvê-los. Sem ela, este livro não chegaria a seu bom termo. Para ela, este trabalho é dedicado. Com amor.

## 1 NO ÍNTIMO DOS SERTÕES

ALVIANO, nos *Diálogos das Grandezas* (1618), reclamava dos moradores do Brasil por não buscarem alargar a conquista para o sertão, “contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente de fazer açúcares”. Posto que concordava com a idéia, seu interlocutor, Brândão, explicava que os portugueses o faziam por preferirem ocupar-se do lido, em vez de “naquele exercício de que primeiramente tiraram proveito”. Tal diálogo prefigurava a percepção de frei Vicente do Salvador, para quem os portugueses, avessos à interiorização da conquista, arranhavam a costa como caranguejos.<sup>1</sup> De maneira geral, a historiografia tem seguido estes passos, ao relegar um papel secundário à pecuária, atribuindo à mineração, já no início do século XVIII, todos os méritos de permitir e sustentar a ocupação do interior da Colônia. Caio Prado Jr. via certa injustiça nisso, dado que a pecuária fora atividade de grande importância, tanto para a economia como para a história da ocupação do território. Mais essencial, no particular, que a mineração, a pecuária ficara todavia “recalcada para o íntimo dos sertões”.<sup>2</sup> Economia acessória ao complexo açucareiro, a criação de bovinos fornecia a tração animal para

<sup>1</sup> Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). Recife, 1966, p. 7; e frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627* (1627). São Paulo/Belo Horizonte, 1982, p. 59. Frei Gaspar da Madre de Deus, lembrando os primeiros tempos da colonização, notava que todos os gêneros produzidos junto ao mar podiam ser conduzidos facilmente à Europa, ao passo que “os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarassem, ou se chegassem, seriam as despesas tais que aos lavradores não fariam com largá-los pelo preço por que se vendessem os da marinha”. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje chamada São Paulo* (1797). São Paulo/Belo Horizonte, 1975, p. 92, § 118.

<sup>2</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 182.



que as do seu quinhão. Na mesma ocasião, se engenhou ali uma choupana, coberta de palha, para o curraleiro, que era o índio Valério da Cursunga. Neste ficaram três novilhas, uma vaca e um touro. O segundo foi levantado no dia 10 do mesmo mês e ano, na ponta do cabo São Tomé, pelo capitão Riscado, que, dias depois, e a pouca distância deste, armou um outro deixando em cada um deles cinco novilhas e um touro".<sup>11</sup>

O povoamento do interior, segundo Caio Prado Jr., fora obra de dois movimentos diversos de expansão da obra colonizadora. De um lado, a mineração, que provocara, por sua natureza, o deslocamento brusco e precipitado de populações e constituiu muito mais uma "nebulosa de estabelecimentos separados e isolados uns dos outros". De outro, a penetração levada a cabo pelas fazendas de gado, que, ao contrário da mineração, fazia-se de maneira contígua e contínua.<sup>12</sup> Todavia, a explicação para esta expansão deve ser buscada nas dificuldades da situação econômica da Colônia, e não em uma dinâmica quase "natural" de crescimento. O período posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, foi extremamente difícil para a economia açucareira no Brasil. Segundo Stuart Schwartz, se é verdade que fatores internos penalizaram a atividade produtiva, tais como epidemias, secas e outras calamidades naturais, os problemas mais fortes residiam em fatores externos: o crescimento da concorrência interimperial, com a ascensão da produção antilhana e, a partir de 1680, a conseqüente inflação dos preços dos escravos, dado o aumento da procura em África. Nesse sentido, a Coroa procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram agora a receber apoio e mesmo a ser agenciadas pelo governo-geral.<sup>13</sup>

Ao lado do esforço de restauração dos engenhos destruídos e da recuperação da economia açucareira, a empresa colonial portuguesa na América voltou-se para a expansão territorial em direção ao interior e, portanto, ao Ocidente. O processo de ocupação do sertão era dinamizado pelo incremento do povoamento e pela diversificação das atividades produtivas. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos. O governo-geral, notadamente a partir

<sup>11</sup> Oliveira Vianna. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo, 1933, p. 64-5.

<sup>12</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 50-1.

<sup>13</sup> Stuart Schwartz. "Introduction". In: Idem (ed.). *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, 1979, p. 13-7.

Segundo Antonil, as fazendas e os currais de gado se situavam onde havia "largueza de campo e água sempre manante de rios ou lagoas". De fato, as condições climáticas e de relevo do sertão, ao tempo que impossibilitavam a agricultura, dada a aridez do solo, permitiam a criação. Ainda que a forragem da caatinga não fosse ideal, a "largueza" dos chapadões e a formação rala da vegetação facilitavam a passagem franca dos homens e animais, dispensando qualquer preparo prévio da paisagem.<sup>6</sup> Segundo o autor anônimo do "Roteiro do Maranhão", documento do final do século XVIII, não havia nestes sertões "aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força do braço"; "pouco se muda na superfície da terra, tudo se conserva quase no seu primeiro estado".<sup>7</sup> As fazendas de gado, *grasso modo*, acompanhavam as margens dos rios, uma vez que na região semi-árida o fornecimento de água era fator essencial para garantir a ocupação e a criação do gado. Os rios São Francisco, ao sul, e o Parnaíba, ao norte, eram os principais eixos da ocupação, por serem rios perenes; os demais, na maioria seus afluentes, ainda abrigavam algumas das fazendas.<sup>8</sup> Por outro lado, as salinas descobertas no Ceará e nas Lagoas, bem como os barreiros salgados (chamados de "lambedouros") do São Francisco favoreciam a expansão da pecuária no Nordeste.<sup>9</sup> O estabelecimento de uma fazenda, onde se podiam fundar vários currais para criar gado vacum e cavalari, fazia-se de maneira sumária, o que explica a rapidez com que a fronteira pastoril se expandiu. Como resumiu o autor do "Roteiro do Maranhão", "levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra e estabelecida uma fazenda".<sup>10</sup> Podemos ver a simplicidade do estabelecimento desses currais em um documento citado por Oliveira Vianna, o "Roteiro dos sete capitães", do sertanista Miguel Ayres Maldonado, em que descrevia sua viagem aos campos dos Goitacases, em 1664:

"O primeiro curral foi levantado no dia 8 de dezembro de 1663, pelo capitão João de Castilho, em terras que para esse fim lhe cedeu o capitão Miguel da Silva Riscado, por achá-las aquele mais próprias

<sup>6</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 55.

<sup>7</sup> "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piahuí". *RIHGB*, LXII:88, 1900.

<sup>8</sup> Maria Idalina da Cruz Pires. *Guerra dos Bárbaros*. Recife, 1990, p. 37.

<sup>9</sup> Roberto Cochrane Simonsen. *História econômica do Brasil*. São Paulo, 1978, p. 157 e

Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 56.

<sup>10</sup> "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piahuí". *RIHGB*, LXII:88, 1900.

de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-75), passou a inventar e coordenar este movimento de "ocidentalização" da colônia. A expedição de Fernão Dias Pais (1673-81) e o estímulo dado aos paulistas para buscarem as minas do sertão são exemplares desta nova dinâmica. O novo regimento de Roque da Costa Barreto (1677), sucessor de Mendonça, é incisivo nestas novas funções dos governadores. Revitalizando o regimento das minas, datado 1618, a monarquia esperava que o governador o fizesse "cumprir inteiramente, ajudando e favorecendo este negócio [do labor das minas de ouro e prata do Brasil], de maneira que haja sempre pessoas, que se animem a continuar o benefício das minas".<sup>14</sup> Como veremos mais adiante, também a política missionária deveria se adequar a esta viragem da empresa colonial. As Juntas das Missões — criadas primeiramente no Maranhão em 1655, mas logo tornadas operacionais no Brasil — pretendiam internar as missões, criando aldeias nos sertões e não mais "descendo" os novos catecúmenos para o litoral. O objetivo era manter povoado o interior da América, expandir a ocupação da empresa colonial e, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas que esta mesma expansão criava.

As duas principais correntes de povoamento geradas pela expansão da economia do gado no norte da Colônia foram a proveniente da Bahia, que acompanhando o curso do São Francisco e do Itapicuru colonizou o que Capistrano chamou de o "sertão de dentro", e a outra que, partindo de Pernambuco, ocupou os "sertões de fora", isto é, as regiões mais próximas do litoral, até atingir o Ceará. Assim, o sertão baiano, ou "interior", compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o "território dos Pastos Bons", região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins.<sup>15</sup> O sertão "exterior", ou pernambucano, era mais próximo ao litoral. A corrente de povoamento, inicialmente acompanhando a linha costeira num território semi-árido que impossibilitava o plantio mesmo da cana e se estendia da Paraíba ao Ceará, passando pelo Rio Grande, acabou se encontrando com as correntes baianas, à medida que se interiorizava, particularmente pela bacia do rio Jaguaribe.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Cf. capítulo 54 do Regimento de Roque da Costa Barreto (1677). Cf. M. C. de Mendonça (ed.), *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 2, p. 838.

<sup>15</sup> J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 147 ss.

<sup>16</sup> Antonil, que escrevia no início dos Setecentos, tinha uma visão mais estrita do povoamento. Para ele, o sertão da Bahia era considerado a porção de terra que corria a

Associado ao que chamamos aqui o processo de "ocidentalização" da empresa colonial, um outro vetor da expansão da presença portuguesa nos sertões de fora foi a busca de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao do Brasil. Este caminho era uma necessidade de longa data, não só pela ajuda ao comércio entre os dois Estados, como pelas fronteiras que abria. Seu interesse imediato residia no fato de que o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitanias do Norte. Segundo o padre Antônio Vieira, esta era sem dúvida "uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano".<sup>17</sup> A navegação só era possível nos meses de inverno, e mesmo assim apenas de madrugada, com a brisa da terra, o que era coisa incerta. Para se ter idéia, uma sumaca despachada por André Vidal de Negreiros, em 1656, procurando Camocim, gastou cinquenta dias para montar até o rio das Preguiças. Desistindo do intento, retornou ao Maranhão em apenas doze horas. Noutra feita, um certo Manuel de Sousa d'Eça, enviado com algumas cartas a Pernambuco, acabou aportando em Porto Rico. Somava-se a essas dificuldades a hostilidade permanente dos tremembés, habitantes das costas, que acompanhavam as naus esperando um descuido para atacá-las e roubar as mercadorias.<sup>18</sup>

Capistrano de Abreu, fiando-se no biógrafo de Gomes Freire de Andrade, acreditava no bom sucesso do capitão-mor do cabo do Norte, João Velho do Vale, que havia sido incumbido pelo governador do Maranhão de achar o caminho do Brasil. Segundo o biógrafo, Velho do Vale teria até escrito uma narrativa, ainda perdida ou extraviada.<sup>19</sup> No

costa da Cidade até a barra do rio São Francisco, cerca de 80 léguas, e, rio acima, cerca de 130 léguas, até a barra chamada de Água Grande. O sertão de Pernambuco se estendia na margem direita do rio São Francisco até a cidade de Olinda, cerca de 80 léguas, adentrando até a barra do rio Aguaçu, cerca de 200 léguas. Veja também Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 56-7. J. A. Gonsalves de Mello publicou três roteiros setecentistas indicativos da penetração pernambucana até o extremo limite do território da capitania, o Carinhamba. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Recife, 1966. Sobre o assunto, veja ainda José Alípio Goulart, *O Brasil do bot e do ouro*. Rio de Janeiro, 1965, vol. 1, p. 17-28.

<sup>17</sup> "Relação da missão da serra de Ibiapaba". In: *Vezes santadas da eloquência, do espírito do zelo e eminentemente sabedoria do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, Voz histórica*. Lisboa, 1688, p. 21.

<sup>18</sup> Carlos Studart Filho, *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 140-2.

<sup>19</sup> Tal era a vontade de ver tal documento, que Capistrano de Abreu havia dito ao seu amigo, João Lúcio de Azevedo, em carta de 14 de setembro de 1916: "creio que caíra em delíquio se lesse o roteiro de João Velho do Vale". Apud: J. H. Rodrigues, "Intro-

retorno chegou em São Luís em outubro de 1695, trazendo cartas do governador do Brasil, João de Lencastro, ao governador do Maranhão em que pedia que este atacasse os bárbaros que se refugiavam nas serras de Ibiapaba, "distrito deste governo". O governador do Maranhão respondeu que tal empresa era impossível sem que os paulistas fossem ajudados pelos índios do São Francisco.<sup>23</sup>

### Minas de salitre

Apesar de a pecuária ter sido a maior responsável pela expansão da fronteira oeste do Brasil — para além da difusão quase vegetal do gado, em suas respirações lentas e condicionadas pela fertilidade ocasional do semi-árido, ou da resistência constante do tapuia —, foi a busca embriagada por metais preciosos que impulsionou o português ao início dos sertões, em agudas entradas, desde o século XVI. Porém, passado o ímpeto inicial, quando perdiam força os mitos de Parauapava ou Sabarabuçu, depois das tentativas frustradas do século XVI e das experiências fracassadas dos invasores holandeses, o eldorado deslocara-se para mais longe. Em verdade, como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, após o malogro da expedição do mameluco Antônio Dias Adorno (1574), que entrara pelo rio Caravelas em busca de esmeraldas, o ímpeto explorador arrefecia. Não pelo desalento nas buscas de minas, mas antes em virtude da "destruição crescente dos índios domésticos da costa". Havia sido a mansidão dos tupiniquins que fizera da região de Porto Seguro, ao sul do Recôncavo Baiano, a porta de entrada para as expedições ao sertão de dentro.<sup>24</sup> Paradoxalmente, a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões, agora em busca de mais mão-de-obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas déca-

<sup>23</sup> Carta do governador do Maranhão para João de Lencastro, 15/3/1696. *DH*, 38-405. Sobre a questão do caminho do Brasil, veja ainda Ceres Rodrigues Meilo. "O Sertão Nordestino e suas permanências (séc. XVI-XIX)". *RHGB*, 356-312-5, 1987. O rei se mostrava preocupado com a determinação da "divisão dos limites de um e outro estado a respeito dos dizimos", em carta ao governador do Maranhão de 25/1/1696. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro". *RHGC*, 37:163, 1917.

<sup>24</sup> Sérgio Buarque de. *Visões do paraíso*. São Paulo, 1977, p. 46-8. Veja também, do mesmo autor, "A mineração: antecedentes luso-brasileiros". In: Idem (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, 1968, vol. 1, p. 228-58. Para as expedições quinzentistas ao interior da Bahia, veja Francisco Borges de Barros. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Salvador, 1919, p. 25-33.

entanto, seu sucessor, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em uma carta de 21 de julho de 1692, relatava que as atividades dos paulistas em seu distrito eram também para dar prosseguimento ao descobrimento do "caminho do Brasil". "por não terem feito as muitas diligências que fez João Velho do Vale".<sup>25</sup> Tal descoberta ocorreu apenas em 1695, quando um sargento-mor, Francisco dos Santos, e alguns soldados aventuraram-se no sertão para "ver por donde poderá ficar mais breve [o caminho], para que se facilite o comércio".<sup>26</sup> Triunfante, Francisco dos Santos acabou sendo recebido no palácio pelo governador geral, acompanhado dos índios que trouxe. Foi logo providenciada a colunicação do feito, tanto para a Coroa como ao colega do Maranhão, e enviada outra expedição de volta, com o sargento-mor, acompanhado agora por um certo capitão André Lopes, além de seis soldados e 25 índios. A idéia era que alguém de Pernambuco se inteirasse do caminho e que logo fosse definido "um piloto inteligente [isto é, um guia] para se graduar o sertão e se dividirem com certeza as terras que tocam a cada Estado e se evitar o embaraço das jurisdições".<sup>27</sup> A expedição de

dução" dos Capitães de história colonial e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília, 1963, p. 142. O biógrafo é Domingos Teixeira. *Vida de Gomes Freire de Andrade*. Lisboa, 1727, vol. 2, p. 246. Para a atividade de João Velho do Vale durante as guerras holandesas, veja ainda Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. São Paulo, 1975, tomo 3, p. 159.

<sup>25</sup> Carta inclusa na Consulta do Conselho Ultramarino, 31/10/1692, AHU [Papéis avulsos], Pernambuco, caixa 11. Alguns anos passados, esse mesmo João Velho do Vale se via metido em "excessos" praticados contra os índios das aldeias de Ibiapaba, onde tinha ido por cabo de uma tropa para descer alguns deles. A carta régia de 12/12/1697 pede providências ao governador de Pernambuco. AHU, cod. [códice] 256, fl. 259v.

<sup>26</sup> Carta de João de Lencastro para o governador de Pernambuco, 21/5/1695. *DH*, 38:339. Segundo Taunay, anos antes, um certo capitão Manuel Álvares Carneiro já havia conseguido passar para o Maranhão através daqueles sertões com uma pequena tropa de soldados e índios. Com o intuito de fixar a exata rota desse "caminho do Brasil", voltou por ordem do governador do Maranhão em 1684, "em que se gastaram quatro meses padecendo as inclemências do tempo com grande risco de vida". Em 1695, João de Lencastro o autorizou a explorar um caminho mais breve "gastando nela quinze meses por ser mais de 300 léguas com grande risco em razão dos rios que passavam e gentio bárbaro que habitava aqueles sertões. "Patente de Manuel Gonçalves Pereira, 28 de março de 1695, assinado pela infantia", citado por Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 287-8. No entanto, o governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o tinha por pessoa desonesta pois "não sendo seranção, e menos piloto" enganara ao Lencastro, "pois na maior parte do caminho seguiu o de Francisco dos Santos". Carta do governador do Maranhão para João de Lencastro, 15/3/1696. *DH*, 38:406.

<sup>27</sup> Carta de João de Lencastro para o governador do Maranhão, 16/7/1695. *DH*, 38:342-4.

várias outras expedições foram organizadas ao sertão; todas, no entanto, confirmariam apenas a existência do salitre. Francisco Dias d'Ávila, que era sobrinho do desconfiado Belchior, entrou nesses sertões entre 1625 e 1630. Desta expedição haveria participado Domingos Fernandes Calabar, tido como grande traidor da causa pernambucana nos tempos dos flamengos, que mais tarde informaria o relatório de Walbeek à Companhia das Índias Ocidentais, em 1633. Este relatório revelava que havia sido achado muito salitre nestas serras situadas no sertão pernambucano, na altura de Olinda e a quinze dias de viagem. Anos mais tarde, expulsos os holandeses, uma cópia do roteiro de Moréia teria passado às mãos do padre Antônio Pereira, genro de Francisco Dias d'Ávila, que encartegou, então, os irmãos João Lourenço e Manuel Calhelas de proceder a novas pesquisas, em 1655. Pesquisas que foram aparentemente infrutíferas.<sup>27</sup> Os delírios causados pelas miragens dos eldorados que nejes eram, por outro lado, explorados habilmente por pandilhas que plantavam amostras de minério com o fim de obter as graças reais prometidas. Assim agira um bisneto de Belchior Dias, o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moréia, o "Muribeca". Incumbido pelo governador Afonso Furtado, meteu-se em 1675 na serra do "Caniny" [Carini?] de onde voltou com amostras de mispique que ele havia devidamente preparado, misturando minério de prata. Todavia, para desgraça do Muribeca, esta "prova" acabou afundando com a embaração que a levava a Lisboa. As expedições futuras, como a de Rodrigo do Castelo Melhor, em 1677, jamais teriam sucesso em achar prata. A exploração mineral do sertão ficaria por conta do salitre.<sup>28</sup>

O autor de uma informação anônima do Brasil, de final do século XVII, asseverava que, "no sertão da Bahia, sempre ouvi dizer que havia salitre". Recomendava, neste sentido, que o rei mandasse fazer "uma oficina de pólvora e desta prover as conquistas, como Angola, São Tomé, e nossa colônia do Sacramento, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e Ceará, no que pouparia considerável cabedal que gasta no prover do reino de pólvora estas conquistas".<sup>29</sup>

<sup>27</sup> O padre Antônio Pereira, da Casa da Torre, obteve, em 1654, uma sesmaria na barra do dito rio, o que gerou conflitos com Bento Surril e Manuel da Silva que procuravam as minas por ordem do governador-geral. Registro de uma carta de sesmaria, 11/4/1654. *DH*, 19-442; portaria, 22/3/1672. *DH*, 884; e Carta do governador-geral para o governador de Pernambuco, 3/6/1671. *DH*, 9-417-8. Veja também Pedro Calmon. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, 1939, p. 37-52.

<sup>28</sup> Basílio de Magalhães. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. S. Paulo, 1935, p. 48-56.

<sup>29</sup> "E sendo que se fizesse em quantidade, a poderia mandar vender a seus vassallos a doze vinténs a fina, e a meia pataca a grossa, no que teria um grande rendimento e

das de 1570-80. Segundo Stuart Schwartz, esta política de deslocamento forçado de indígenas se fazia no exato momento da transição do trabalho autóctone para o importado, isto é, para a escravidão africana.<sup>25</sup> Não obstante, as expedições de preação, ou mesmo as missões "evangelizadoras", não desejavam outra coisa do que descer os índios para a costa. Com exceção da pecuária, é certo que apenas a atividade mineiradora poderia fixar populações nos sertões, mas, como sabemos, somente com a descoberta do ouro e dos diamantes na região mais tarde chamada das Minas Gerais, entre 1693 e 1695, é que a interiorização da Colônia intensificar-se-ia, porém deslocada para o Sul.

No caso do sertão norte, apesar do malogro inicial na descoberta de metais preciosos, um outro elemento menos nobre concorreu deveras para o devassamento, em particular, do médio São Francisco: o salitre (nitrate de potássio), que era utilizado para a fabricação de pólvora negra. Importado então sobretudo da Índia, quando as armas de fogo e indústria importantíssima no século XVII, quando as armas de fogo e apresentavam um avanço tecnológico inestimável para a afirmação das potências coloniais. É verdade que, no contexto específico da segunda metade dos Seiscentos, a Coroa hesitava diante da possibilidade de uma auto-suficiência das regiões periféricas do Império na produção desta importante provisão de guerra. Porém, a praticabilidade de abastecer uma colônia tão distante durante os conflitos interimperiais do Atlântico Sul, somada às dificuldades de fornecimento da Índia, resultara no apoio às iniciativas de pesquisa do salitre no sertão do Brasil. Havia referências às minas no sertão da Bahia, desde o final do século XVI. Pedro Barbosa Leal, nas *Denuciações de Pernambuco* (1593-95), disse que a expedição de Belchior Dias Moreira achara salitre junto ao rio (por isso mesmo) de mesmo nome.<sup>26</sup> Com efeito, quando Moréia, neto do Camuru e primo do cronista Gabriel Soares de Sousa, resolveu dar prosseguimento às pesquisas interrompidas pela morte de Cristóvão Barros, adentrando o sertão no ano de 1595 ou 1596, consta que teria achado, nas serras do "Oroquery", ametistas e salitre, e em Itabatana, muita prata. Todavia, como não conseguira certeza nas promessas dos privilégios em troca da notícia da localização das minas, Belchior morreu sem as revelar, do que originou-se, segundo Basílio de Magalhães, "a lenda célebre das minas de prata que atravessou todo o resto da nossa evolução colonial". De fato, estimuladas por esses sonhos de riquezas e eldorados,

<sup>25</sup> Stuart Schwartz. *Segredos internos*. São Paulo, 1988, p. 52-3.

<sup>26</sup> *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil, denunciação de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo, 1929.

que teria de ser bancado dois anos ao menos pela Fazenda, poderia depois ser arrendado.<sup>32</sup>

O empreendimento, porém, não avançaria antes da iniciativa de João de Lencastro, que, em 1692, enviou pela frota uns barris de amostras e convenceu a Coroa do acerto da empresa.<sup>33</sup> Depois de várias diligências e expedições, e de gastar 7.339\$390 réis entre 1692 e 1698, o resultado foi píffio.<sup>34</sup> Seu sucessor no governo do Brasil, d. Rodrigo da Costa, esclarecia que as minas de salitre "que há nesse Estado [não] são permanentes, porque tanto mais que se lhes tira a primeira flor, todas as mais terras são de limitado e fraco rendimento".<sup>35</sup> Nesse sentido, considerando as "grandes despesas", d. Pedro II decidiu, em 9 de agosto de 1706, interromper a fábrica de salitre.<sup>36</sup> De toda maneira, a busca do minério resultara em diversas situações de conflito e em internações mais agudas no sertão do São Francisco, donde haver significado um dos vetores de agravamento das tensões entre os tapuias e os colonos. Na maior parte das vezes, a mão-de-obra utilizada para a extração e o transporte era de índios, como os arauques, tambaquéns, paiaíes e sacariús, tapuias aldeados por missionários que os forneciam para o "serviço do salitre". O pagamento destes serviços nem sempre era pontualmente realizado, o que obrigava a intervenção do governo-geral. Em 1703, respondendo a uma representação do capitão dos índios papiases, Paulo Gonçalves, d. Rodrigo da Costa ordenava que o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, responsável pelas minas, pagasse os salários dos índios em atraso.<sup>37</sup> Às vezes, outras denúncias de abusos surgiam, como a do missionário frei Lázaro da Purificação, que pedia, em 1705, que seus

<sup>32</sup> Consulta do Conselho Ultramarino, 9/12/1679. *DH*, 88:172-4. Há um papel, de 1694, em que se explica em detalhes o modo de preparar o salitre. Sobre como proceder no fazer do salitre do modo seguinte, 1694. BNP, ms. portugueses, códice 30, fls. 495-7v.

<sup>33</sup> Carta de João de Lencastro ao rei, 13/7/1692. Ajuda, 51-V-42, fl. 18v-9.

<sup>34</sup> Relação das despesas do salitre, de 6/5/1692 até 24/4/1698. *DH*, 84:77-81.

<sup>35</sup> Carta de d. Rodrigo da Costa ao governador de Pernambuco, 22/2/1705. *DH*, 39:225-6.

<sup>36</sup> Carta ao governador-geral. AHU, cod. 246, 217. Veja também Sebastião da Rocha Pita. *História da América portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 8, p. 212-3.

Sobre a exploração do salitre na América portuguesa, veja ainda: Ernesto Carrara Júnior & Hélio Meirelles. *A indústria química e o desenvolvimento do Brasil, 1500-1889*. São Paulo, 1996, particularmente o tomo I, p. 133-8; João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e a sua legislação*. Rio de Janeiro, 1905, vol. II; Sylvio Fróes de Abreu. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo, 1937; Sylvio Fróes de Abreu. *Recursos minerais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1973, vol. I; E. Oliveira & L. Araújo. "Salitre na Bahia". In: *Boletim da Divisão de Fomento da Produção Mineral*, 66, 1945.

<sup>37</sup> Carta de d. Rodrigo da Costa para o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, 29/12/1703. ABEB, cod. 147, fl. 160.

Com efeito, a busca das minas ganharia grande impulso no governo de Afonso Furtado de Mendonça (1671-75), no contexto de superação da crise da economia açucareira.<sup>30</sup> Em agosto de 1671, numa carta ao capitão João de Castro Fragozo e a Manuel da Silva Pacheco, enviava-os à serra de Picacará, no sertão, onde havia notícia de existirem ametistas, prata e outras pedras. Para tanto, recebiam um salvo-conduto e uma recomendação de auxílio para que sertanistas famosos, como Francisco Dias d'Ávila, padre Antônio Pereira, Domingos Rodrigues Carvalho, ajudassem-nos com todas as informações necessárias. Consta ainda a carta de uma ordem para que examinassem também as minas do salitre e mandassem amostras.<sup>31</sup>

Esta, como várias outras expedições, fracassou e resultou apenas em brigas e ciúmes entre os descobridores e os presumidos sesmeiros das terras. De todo jeito, seriam necessários grandes investimentos para retirar o salitre do sertão e não havia na Bahia pessoa com cabedal para realizar sozinho tal empresa. Isto porque, segundo um parecer do Conselho Ultramarino de 1679, relativo às minas nos sertões da Jacobina (na ribeira do rio Salitre), não se podia conduzir o minério misturado com terra ou pedra, como aparecia na natureza, mas deveria ser trazido já "apartado e purificado com cozimentos, que de outra sorte seria pagar carretos de terra em lugar de salitre". Dessa maneira, "forçosamente se deviam lavar primeiro as oficinas no mesmo sítio das minas, as quais deveriam constar de uma grande casa para as tinas e caldeiras onde se havia de separar o salitre, outro armazém para se recolher depois de puro, casas para o almoxarife ou feitor e alojamento para os negros de todo aquele serviço, além dos quartéis que eram necessários para alguns soldados que segurassem a instância dos assaltos dos índios circunvizinhos". O transporte seria feito pelo rio São Francisco abaixo, mas era necessário outro armazém "junto a um rochedo" (cachoeira de Paulo Afonso) que fazia o rio inavagável, onde deveria ser descarregado e passado a cavalo até as outras embarcações, que o levariam à vila de Penedo. Outro caminho possível era por terra até Jacobina, onde deveria haver outro armazém. Tal investimento,

com isto impediria que não vísse dos reinos estranhos para este Estado por negócio". Informação anônima do Brasil, década de 1680, BNP, ms. portugueses, códice 30, fl. 208.

<sup>30</sup> Stuart Schwartz. "Introduction". In: Idem (ed.). *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, 1979, p. 13-7.

<sup>31</sup> Ordem que levaram João da Costa Fragozo e Manuel da Silva Pacheco que vão ao descobrimento das minas, 1/8/1671. *DH*, 4:204-5.

índios fossem poupados, ou ainda havia queixas de que os oficiais do salitre buscavam cunhatãs nas aldeias alegando o serviço do salitre, mas, na verdade, "em deservido de Deus".<sup>38</sup>

#### Fazendas e currais

No final do século XVII, o sertão encontrava-se totalmente devassado e explorado, ainda que esparsamente ocupado por uma rala população. É em Antonil que encontramos a melhor descrição da ocupação, no início do século XVIII, do sertão da Bahia e de Pernambuco, então as duas importantes regiões criadoras. Segundo o jesuíta, no sertão da Bahia estavam os currais postos na borda do rio São Francisco, das Velhas, das Rãs, Verde, Paremerim, Jacuípe, Pojuca, Enhambupe, Itapicuru, Real, Vaza Barris, Sergipe e outros, "em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de 500 currais, e só na borda aquém do rio São Francisco 106". O sertão de Pernambuco, na mesma época, estava povoado com gados nas margens do rio de Cabaços, do rio de São Miguel, das duas lagoas do rio do Porto Calvo, dos rios Paratiba, Cariris, Paiaú, Jacaré, Canindé, Parnaíba, das Pedras, dos Camarões e Piagui. Iguatamente povoadas estavam as margens do rio Preto, do rio Guaraita, do rio Iguaçú, do rio Corrente, do rio Guariguai, da Lagoa Grande, do rio Carainhaém e do Piagui grande, assim como a margem direita do São Francisco, mas enviava-se diretamente o gado para a Bahia, por ficar "mais perto, vindo caminho direto, do que indo por voltas a Pernambuco". As boiadas achavam pasto para descanso nas Jacobinas, pela maior frequência das chuvas nessas serras, de modo que tomavam de três a seis meses para chegar ao mercado da cidade. Os currais do sertão de Pernambuco, sendo em maior número do que os do sertão meridional, totalizavam, ainda segundo a descrição de Antonil, oitocentos. Havia currais de duzentas até mil cabeças de gado, e fazendas que possuíam vários currais poderiam chegar até 20.000 cabeças. O jesuíta arrisca que o rebanho total do sertão seria de meio milhão de cabeças, para as partes da Bahia, e de 800.000, para Pernambuco, de onde, porém, provinha uma fração do gado consumido no Recôncavo.<sup>39</sup> Em 1708, somente na ribeira do Jaguaribe havia duzentos currais, segundo o ouvidor-mor Cristóvão Soares Reimão.<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Carta de Rodrigo da Costa para frei Lázaro da Purificação, 19/2/1705. *DH*, 40:355; carta ao capião Antônio de Almeida. 9/8/1704. *DH*, 40:162.

<sup>39</sup> Pe. André João Antonil. *Cultura e população do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 183-5.

<sup>40</sup> Carta régia 18/7/1709. AHU, cod. 257. fl. 254.

Com certo exagero, Antonil afirma que, apesar de tão imenso, quase todo o sertão da Bahia pertencia a apenas duas famílias: a da casa da Torre e a do falecido mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. A primeira, dos Garcia d'Ávila, possuía 260 léguas das margens direitas do rio São Francisco, nas costas da Chapada Diamantina, e cerca de 80 léguas no lado do Raso da Catarina. Já os herdeiros do mestre-de-campo possuíam desde o morro dos Chapéus, na Chapada Diamantina, até a nascente do rio das Velhas, no coração das Gerais. Espalhava-se por estas vastíssimas propriedades uma miríade de currais, vários deles de arrendatários que pagavam por um sítio, de ordinariamente uma légua em quadra, 10\$000 réis de foro por ano.<sup>41</sup> Essas famílias controlavam, também, grande parte do sertão de Pernambuco. Em 1700, o governador Fernando de Lencastro, em carta ao rei, scandalizava-se com a mesquinha dos grandes proprietários daqueles sertões (além dos dois já mencionados, e seus herdeiros, Domingos Afonso Sertão) — moradores na jurisdição da Bahia, que não queriam conceder outra légua "para a sustentação de cinco párocos, cinco léguas de terra, uma para cada um, e aos missionários, índios e tapuias das suas missões". Matéria que parecia gravíssima ao Conselho Ultramarino e que inspirou a redação do alvará de 23 de novembro do mesmo ano, que determinava como obrigatória tal doação.<sup>42</sup>

As ordens religiosas eram também grandes proprietárias de fazendas de gado no sertão. Segundo uma descrição de meados do século XVIII, na jurisdição de Pernambuco as ordens recebiam proventos de várias fazendas e currais de gados em pontos diversos do sertão de dentro. O convento do Carmo da Reforma do Recife possuía quatro fazendas de gado na ribeira do Jaguaribe e uma no Cariri que rendiam por ano 700\$000 réis. O Hospício de Guadalupe do Carmo da Reforma, na freguesia de Camaragibe, tinha uma fazenda de gado com meia légua de

<sup>41</sup> Pe. André João Antonil. *Cultura e população do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 186. Já foi notado pelo autor do "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí" (*RHGB*, LXI:60-1, 1900) que os habitantes do sertão costumavam demarcar uma légua antes de atingirem as três mil braças, que era a sua medida legal. Dessa maneira, no geral a distância em léguas era irregular e desigual, isto é, não implicava uma referência no seu sentido literal. Estes dados de Antonil não devem, portanto, ser lidos sem reserva.

<sup>42</sup> Carta de Lencastro ao rei, 28/6/1700 e consulta ao Conselho Ultramarino, 24/9/1700. AHU, Pernambuco, caixa 14. Os autos da data de terra aos párocos e aos índios são de 5/2/1703. AHU, papéis avulsos de Pernambuco, caixa 15. Veja o alvará sobre a medição da légua de terra para as aldeias, 23/1/1700 nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador, 29:73-5, 1943.

terra em quadro que rendia 96\$000 réis. O convento do Carmo da Re-forma, na Vila de Goiana, tinha uma fazenda de gado que renderia 20\$000 réis. O Colégio dos Jesuítas do Recife tinha uns currais de gado nos Cariris e no Rio Grande que resultavam por ano, *deductis expensis*, 150\$000 réis e uma fazenda na margem do São Francisco chamada Urubu-Mirim, com um par de currais, que rendia por ano 200\$000 réis.<sup>43</sup> Apesar de a renda gerada por esta atividade ser muito baixa, é certo que tinha grande importância pelo fato de realizar-se internamente, permitindo assim a integração econômica do território e seu povoamento.<sup>44</sup>

A economia pastoril acabaria por gerar uma forma societária específica, em face da litorânea propriamente dita, a que Capistrano quis chamar de uma "época do couro", em referência ao mundo de objetos e usos relacionados ao material ali tão abundante.<sup>45</sup> Baseava-se em um sistema de trabalho em que a remuneração e organização social estavam submetidas a regras estritas de dependência e lealdade, substanciadas num universo de violência. O proprietário de imensas terras, como era o padrão nos tempos coloniais, e de grandes quantidades de gado responsabilizava vaqueiros pelo trato de algumas cabeças que ficavam sob seus cuidados e dos ajudantes que fossem recrutados. Ao contrário do sistema escravista dominante na monocultura da cana, o trabalho era remunerado num sistema de parceria ou mesmo assalariamento por tarefas. Os vaqueiros, segundo Caio Prado Jr., recebiam um quarto das crias do gado, após um determinado período de tempo. Sistema que permitiria, segundo a avaliação do historiador, o parcelamento da propriedade, dado que o vaqueiro poderia logo arrendar ou adquirir uma sesmaria e estabelecer-se por conta.<sup>46</sup> Creio, contudo, que esta não era a norma. Posto que a alternativa existisse em teoria, a própria sobrevivência do vaqueiro e de seus ajudantes (por vezes escravos), assim como o trato da boiada, deveriam consumir toda a paga. Ao que se somava o fato de que a esta "liberdade" do trabalho, na situação geral do escravismo, implicava responsabilidades extremadas, motivo pelo qual todos os possíveis prejuízos eram descontados nas costas do vaqueiro.

Outra forma de trabalho necessária e indispensável à reprodução do

<sup>43</sup> "Fazendas de gado dos religiosos de Pernambuco em 1746 (circa)"; "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28-413-18, 1906.

<sup>44</sup> José Jobson de Andrade Arruda. "A produção econômica". In: M. B. Nizza da Silva. *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa, 1985, p. 111-4.

<sup>45</sup> J. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 147.

<sup>46</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 186-7.

criatório e seu comércio era a condução dos animais para os mercados costeiros. Os próprios vaqueiros e seus ajudantes não poderiam em hipótese alguma desempenhar esta função, sob o risco de interromper a criação. Os animais aptos ao corte eram escolhidos na época certa ou desejada e as boiadas, de cem, duzentas ou mesmo trezentas cabeças de gado, conduzidas ordinariamente para as cidades por um tipo especializado de vaqueiro, chamado de *passador*, pois era pago por cabeças "passadas" de um lugar ao outro. No caso das boiadas que iam à Bahia, depois de descansar nas Jacobinas, costumavam parar em Capoame, um lugar distante oito léguas ao norte da cidade, onde o gado encontrava pasto e os negócios eram feitos. Para se ter uma idéia do custo deste trabalho, Antonil exemplifica que "quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas até o Capoame, que é jornada de quinze, ou dezesseis ou dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cabeça da dita boiada".<sup>47</sup> Uma boiada de duzentas reses renderia, por exemplo, 80\$000 réis ao passador. Este não seria um mau soldo pela empreitada, dado que um mestre-de-açúcar, por exemplo, que se encontrava no topo dos empregados do engenho e era uma profissão extremamente especializada, recebia, na mesma época, cerca de 120\$000 réis ao ano.<sup>48</sup> Mas devemos sempre ter em conta que o passador, por seu lado, assumia os gastos com os tangedores e guias, tirando do gado a matanagem da viagem, isto é, a carne. De modo que os custos do transporte, que não eram poucos, estavam embutidos no pagamento. Os lucros da economia pecuária realizavam-se alhures. Nas Jacobinas, nos inícios dos Setecentos, onde invernavam por alguns tempos os gados vindos do sertão mais interior, as reses eram vendidas a 2\$500 ou 3\$000 réis, e o seu preço na Bahia — digo, na cidade — alcançava 5\$000 a 6\$000 réis. E o boi manso, útil para os trapiches ou para os carros, era vendido ali por 8\$000 réis.<sup>49</sup> Nota-se, portanto, que havia um ganho mercantil para muito além do custo do frete, ganho este que completava a classe intermediária de negociantes.

O duro trabalho dos passadores, guias e tangedores de gado em nada se assemelhava à imagem arqueológica que nos vem dos *westerns* hollywoodianos, tantas vezes reproduzida na historiografia. Homens livres em busca de algum ganho viviam em situação de extrema carência e

<sup>47</sup> Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 189.

<sup>48</sup> Stuart Schwartz. *Segredos internos*. São Paulo, 1988, p. 271.

<sup>49</sup> Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 190. Dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, em 1618, sabe-se que o preço de uma vaca no Nordeste era de 4 a 5 mil-réis, um boi deouro de 6 a 7 mil-réis e um boi já feito cerca de 12 a 13 mil-réis.

enfrentavam a rudeza deste trabalho sertanejo, tal como retratada nesta passagem de Antonil:

“Guiam-se indo uns adiante cantando para serem desta sorte seguidos do gado e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As suas jornadas são de quatro, cinco a seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, onde há falta de água, seguem o caminho de quinze a vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso até que achem paragem, onde possam parar, nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vão por onde hão de passar”.<sup>50</sup>

Muito provavelmente, grande parte deles seguia a marcha a pé pelos sertões interiores, pois o cavalo era antes de tudo raridade e posse exclusiva dos grandes senhores e cedido apenas aos vaqueiros, como instrumento indispensável de trabalho.<sup>51</sup> De maneira geral, as crias do gado cavalari não participavam da partilha, como se depreende da descrição dos currais de Jácome Pereira no sertão baiano, presente em uma carta de arrematação datada de outubro 1665. Além disso, os cavalos eram parte reduzida do plantel de um curral. Segundo esse importante documento, no curral do Jurumungão, os cavalos eram 10% do plantel, e no curral do Frade da Sirica, apenas 6%. Naquele ano, o valor estipulado para cada cabeça de gado vacum acima de quatro meses era de 1\$700 réis, sendo que os cavalos mansos, com selas e freios, valiam mais do que o dobro: 4\$000 réis.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 189.

<sup>51</sup> Gilberto Freyre já havia mostrado como o cavalo era “animal por excelência aristocrático e até autocrático”, ressaltando e garantindo o movimento necessário à dominação do senhor de engenho na rede patriarcal. *Nordeste*. São Paulo, 1951, p. 124. O cavalo era ainda importante mercadoria de exportação para Angola. Cf. José Alípio Goulart. *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, 1964.

<sup>52</sup> Jácome Pereira possuía uns currais de gado vacum e cavalari na região de Macassará, entre o rio Real, Itapicuru e Inhambupe, no sertão baiano. Parceiro do contratador dos dizimos Álvaro Rodrigues Meneses, morto e inadimplente, Jácome Pereira estava envolvido com a falta de pagamentos devidos. A arrematação de seus bens estava decidida desde 1662, e Pereira havia recorrido. Segundo o documento, ele possuía escravos e outras fábricas “de que se podia desfazer e alhear tudo pela terra não ser sua”. Naquele ano de 1665, para pôr termo ao negócio, o Juiz dos Limites, acompanhado de um escrivão, fez o levantamento de tudo que havia nos dois currais da região. Um certo padre Mateus de Mendonça acabou arrematou todos os bens,

Também no contexto das guerras dos bárbaros, o uso do cavalo nas tropas sertanejas não foi regra. Apesar da presença de animais nos currais e fazendas do sertão, a ausência de tropas montadas devia-se muito mais à necessidade de manter a mobilidade dos soldados nos matos cheios de juremas e outros arbustos espinhosos que machucavam os pés e os rostos. Na maior parte das vezes não havia caminhos batidos, sendo preciso romper moitas espessas e florestas de canas selvagens com facões, enfrentando cobras, carrapatos, rios de formigas e outros insetos daninhos. Como dificilmente pode observar o viajante que hoje passa pelas estradas de asfalto que cortam quase geometricamente o sertão, os caminhos e veredas no semi-árido, por onde fluíam as tropas e os guerreiros bárbaros, acompanhavam sinuosamente o sistema resultante da respiração sazonal da bacia hidrográfica. No caso do Rio Grande, por exemplo, afora os caminhos fluviais normalmente perenes (o Açú, o Jaguaribe e o Apodi), a rede de riachos e afluentes oferecia, tanto no inverno como nos tempos mais secos, veredas mais adequadas ao trânsito no meio da caatinga e dos matos espinhosos, além de garantir a proximidade com as eventuais fontes de água. Na verdade, são raríssimas as referências às tropas montadas na documentação. Em um episódio, Martin de Nantes, que sempre viajava nos matos a pé e dizia temer as “solidões vastas e assustadoras” dos sertões, conta que as tropas arregimentadas para a guerra na região do rio Salitre, em 1675, reuniram, entre os portugueses, “cento e vinte homens, todos a cavalo”.<sup>53</sup> Em outra ocasião, quando era ainda sargento-mor do terço de Matias Cardoso, consta que Manuel Álvares de Moraes Navarro partiu com trezentos homens de armas e uma tropa de 27 cavalos, formada a sua custa, para lutar contra os bárbaros por “onze dias efetivos a fogo vivo até

pagando em dinheiro de contado. No curral do Jurumungão “havia 116 vacas parideiras, 9 bois de entrega, 12 novilhos de 2 anos, 19 novilhas da mesma idade, 20 bezerros e 22 bezerras de 6 meses, que estão ainda por dizimar e pagar o partido ao curraleiro criador, 7 éguas parideiras, duas poldras de 3 anos, 2 poldros de dois anos, mais duas poldras e 19 poldros de um ano e nove cavalos mansos”. No curral do Frade da Sirica “havia 191 vacas parideiras, 27 bois de entrega, 23 novilhas que vão a três anos, 15 novilhos e 18 novilhas que vão a 2 anos; que vão a dois anos 58, e novilhos da própria idade 43; e 3 bezerras de parto de 6 meses; e 10 éguas parideiras, e 14 cavalos mansos; 3 poldros de dois anos, e duas poldras de ano; e três poldros de anos, dos quais poldros se deve ainda o dizimo, e a parte do criador”. Carta de arrematação por que o pe. Mateus Mendonça arrematou os currais de Jácome Pereira, 13/10/1665. *DH*, 22:177-84.

<sup>53</sup> Martin de Nantes. *Relation succincte et sincère de la mission du pere... prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmy les indiens appellés Cariris*. Quimper, 1706, p. 113.

os derrotar".<sup>54</sup> De fato, sabemos que o terço de Navarro, do qual se preservou o livro de assentamento, não possuía sequer um cavalo, uma vez que o regimento das fronteiras de 1645, que estipulava as normas para o seu preenchimento, era muito claro quanto à necessidade de assentar, tal como os soldados, cada um dos cavalos engajados.

O vaqueiro, que tinha como principal função percorrer os campos para controlar o gado e evitar que se tornasse selvagem, precisava do cavalo, donde sua posição privilegiada, quase honorífica, no mundo sertanejo. Como acessórios indispensáveis se desenvolveram petrechos e vestimentas que resultavam em verdadeira couraça, capaz de lhe fraquear o sertão, e que desembocariam numa "civilização do couro", na famosa fórmula de Capistrano de Abreu. Somente na segunda metade do século XVIII, depois do intenso desenvolvimento do interior da colônia em razão da mineração, é que o cavalo se democratizaria, ainda que de forma relativa. O "alvará das armas" de 1569, que estabelecia as obrigações de portes de armas que todos súditos deveriam possuir, reconhecia que os moradores das ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e "partes do Brasil" não eram "obrigados a ter cavalos, por que pela qualidade da terra o hei assim por bem".<sup>55</sup> Os cavalos tampouco foram usados nas guerras seiscentistas contra os holandeses, não por carência de animais, mas por sua inadequação às condições ecológicas da zona da mata, onde inexistiam espaços abertos e o chão de massapê tornava os caminhos intransitáveis no inverno.<sup>56</sup> No caso das guerras no sertão semi-árido, onde as juremas e outros arbustos espinhosos dificultavam o avanço dos animais, o uso do cavalo se fazia ainda mais inconveniente e praticamente impossibilitava a perseguição dos tapuias, destros em se internar na caatinga. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a marcha a pé era o modo de locomoção característico dos sertanejos, pois a locomoção animal "scia extremamente difícil e penosa nas brenhas e lugares acidentados".<sup>57</sup> Preservavam, assim, "a tradição indígena, alheia ao uso de quaisquer animais de transporte", despertando o assombro dos espanhóis pelas dilatadas jornadas de que eram capazes de fazer a pé. O padre Antônio Ruiz de Montoya não havia escrito que

<sup>54</sup> Folha de serviços de Manuel Álvares de Moraes Navarro, 15/12/1696. AHU, cód. 86, fls. 246-8.

<sup>55</sup> Alvará das armas de 1569. In: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 147.

<sup>56</sup> Evaldo Cabral de Melo. *Olinde restaurada*. Rio de Janeiro, 1975, p. 221-4.

<sup>57</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957, p. 147. Para a presença do cavalo em São Paulo, veja o capítulo "Do peão ao tropeiro", p. 148-59.

"a pé e descalços marchavam os de São Paulo por montes e vales 300 a 400 léguas, como se passassem nas ruas de Madri"?.<sup>58</sup>

Parte da historiografia tem asseverado que o indígena contribuiu de forma privilegiada com a mão-de-obra da pecuária. De modo que, à diferença da evolução da economia açucareira da costa, baseada na escravidão do africano, a zona sertaneja teria assistido a uma adaptação mais ou menos tranqüila das populações locais à economia pastoril. Dois fatores colaboraram para alimentar esta proposição. Primeiramente, a repetição de preconceitos, severamente enraizados no imaginário local, de que os indígenas eram incapazes de trabalho continuado e sedentário, em função de sua "moleza", "mentalidade primitiva", "extremada rebeldia", etc.; daí a sua inadaptabilidade ao trabalho agrícola e, por exclusão, a consequente acomodação à pecuária. Num movimento de quase naturalização do uso dos indígenas como força de trabalho, supunha-se sua "utilização" ótima na economia colonial, já que estavam "disponíveis". Em segundo lugar, o desconhecimento ou menoscabo da exata dimensão da série de conflitos resultantes do contato da frente de expansão com os grupos indígenas locais. Disso resultou, por exemplo, que um historiador da altura de Charles Boxer, fiando-se exclusivamente no relato de Martin de Nantes, tenha concluído que, apesar dos excessos cometidos por alguns criadores em face dos índios, "as relações entre os colonos e os ameríndios foram frequentemente amigáveis neste período no vale do rio São Francisco" e que se os vaqueiros "algumas vezes maltrataram os aborígenes e tomaram suas terras, muitos ameríndios encontraram emprego nos ranchos".<sup>59</sup> Nada nos parece mais enganoso.

Em 1665, nos currais de Jácome Pereira, por exemplo, os africanos eram descritos junto com o plantel do gado vacum e cavalal. No curral do Jurumungão havia 220 vacas, bois e cavalos, assim como "Gonçalo e Maria sua mulher escravos gentios de Guiné, e Gaspar e Mateus moleques". No curral do Frade da Sirica havia 487 vacas, bois e cavalos, junto com José e sua mulher, "escravos do gentio da Guiné", e "Perpétua, Domingos, Pedro e João; e Pedro e Bento, moleques que andam fugidos; e mais Manuel e Paulo, moleques que estão no curral", além das crianças "Juliana Negra e Domingas Crioula, de 3 para 4 anos, e Marta de 2 anos". Seus preços foram estipulados em 44\$000 réis por cabeça os adultos e 16\$000 réis as crianças.<sup>60</sup> Se havia outros trabalhadores li-

<sup>58</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *O Extremo Oeste*. São Paulo, 1986, p. 68 e 170.

<sup>59</sup> Charles Ralph Boxer. *The Golden Age of Brazil*. Lisboa, 1995, p. 233.

<sup>60</sup> Carta de arrematação por que o pe. Mateus Mendonça arrematou os currais de Jácome Pereira, 13/10/1665. DH, 22:177-84.

vres, o que é provável, não temos indicações. Estudando de maneira quantitativa alguns relatos referentes ao Piauí, para o ano de 1697, Luís Mott mostrou que, pelo menos nessa região, o padrão histórico das relações de produção na pecuária contraria, em muito, as generalizações da historiografia. Inicialmente, fica claro, pelos dados apresentados, que “os índios não eram tão desejados e indispensáveis como mão-de-obra”.<sup>61</sup> Presentes de maneira minoritária nas fazendas de gado, representavam apenas 9% da mão-de-obra usada no pastoreio. Mais ainda, o autor conclui que é errada a assertiva de que o trabalho livre fora a regra nestas atividades. Dados demográficos nos mostram que, no mesmo ano de 1697, 48% da população total envolvida com a pecuária era escrava.<sup>62</sup> Baseado neste autor, Gorender concluiu, após uma revisão dos mesmos documentos utilizados por Caio Prado Jr. e outros, que de fato a escravidão predominara na pecuária colonial.<sup>63</sup> Contudo, para um adequado entendimento da questão, acredito que cabe ao historiador ter consciência das limitações óbvias da documentação para as generalizações de ambos os lados do debate. Ao mesmo tempo, temos de considerar essas mesmas generalizações necessárias em face da escassez de documentos e estudos sobre o assunto e a importância das conclusões, uma vez que, ainda que temporárias e parciais, são fundamentais para o seguimento da pesquisa histórica. De toda maneira, ao contrário de Gorender, acredito que não se pode descartar o papel estrutural do trabalhador livre<sup>64</sup> na organização do pastoreio, donde a utilização de escravos apenas como ajudantes, como “fábricas”, e nunca sua presença como vaqueiros. No final do século XVII, pelo menos para o Piauí, o absentismo ainda era a regra, e a presença dos vaqueiros e arrendatários era fundamental para o bom funcionamento das fazendas.<sup>65</sup> Apesar

<sup>61</sup> Luís Mott. “Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 22:74-5, 1979. Veja também do mesmo autor “Estrutura demográfica das fazendas de gado no Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo”. In: Idem. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 71-92.

<sup>62</sup> Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. São Paulo, 1985, p. 425-42.

<sup>63</sup> É importante notar que o termo “trabalho livre” deve ser perfeitamente contextualizado para um correto dimensionamento histórico. Estamos muito longe do assalariado moderno ou do proletário do mundo capitalista industrial. Contudo, o trabalhador “livre” na situação colonial possuía prerrogativas quanto ao controle de seu destino de vida que em muito o afastavam do escravo, configurando situações de *status* diferenciadas, o que se fazia de primeira importância nesta dada ordem social.

<sup>64</sup> “Se nos primórdios da colonização — 1697 — 90% das fazendas de gado tinham proprietários absenteados, nossos dados não deixam dúvida de que a partir dos meados do século XVIII o absentismo era exceção na estrutura fundiária do Piauí”. Luís

de Mott mostrar que havia escravos no Piauí como únicos responsáveis pelo rebanho (“fazendas onde escravos eram livres de seus senhores e senhores de si”), é de bom senso imaginar um estatuto particular para este trabalhador que o afastaria da escravidão *tout court*. Estaríamos, pelo menos nos séculos iniciais da expansão do pastoril no sertão (creio que tudo faz-se diferentemente no XIX), bem longe do predomínio da mão-de-obra escrava, como quer Gorender. Podemos imaginar, ao contrário, que a pecuária estruturou-se com a presença determinante do trabalho livre (conformando uma relação escravista particular), e com a ausência relativa do trabalhador indígena.

Relativa porque temos informações da utilização do indígena no trabalho da condução do gado para os mercados consumidores. Segundo o governador-geral, João de Lencastro, os proprietários de gados mantinham em suas fazendas o número estritamente necessário de escravos, se fosse proibido que “os índios conduzissem esses gados, dos sertões para a Bahia ou seu Recôncavo ou [para] Pernambuco, nunca os poderiam enviar, faltando aos povos aquele provimento tão essencial”. O trabalho de guias e tangedores realizado pelos índios era, do seu ponto de vista, muito útil para os próprios porque com as pagas ganham “com que se vestir e as suas mulheres”. Os missionários forneciam os índios ateados pelo salário que fosse considerado justo, recebendo o pagamento e por vezes o repartindo “com grande prejuízo deles”. Lencastro, em um papel sobre as missões, sugeria que o pagamento deveria ser fiscalizado pelos procuradores dos índios e escriturado na presença de um índio “mais ladino”. Sugeriu, também, o estabelecimento dos salários que os índios deveriam vencer: do rio São Francisco à Bahia, 4\$000 réis, do Ceará, 6\$000 réis, do Piauí, 8\$000 réis e do Parará para cima, 8\$000 réis também.<sup>66</sup>

### Resistência indígena e extermínio

Desde o século XVI, o movimento de ocupação do sertão norte do Brasil confrontou o colonizador com os povos indígenas que habitavam estas regiões que se destinavam à criação do gado. Após a expulsão dos

Mott. “O patríio não está: análise do absentismo nas fazendas de gado no Piauí colonial”. In: Idem. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 100.

<sup>66</sup> Papel com que o senhor dom João de Lencastro responde aos 16 pontos sobre as missões, 26/7/1702. In: Virgínia Rau (ed.). *Os manuscritos do arquivo da casa de Cattalá respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956, vol. 2, p. 49-52.

memória oitocentista sobre o Piauí, entendia que “as frequentes hostilidades dos selvagens contra os primeiros povoadores” eram compreensíveis, dado que para com estes intrusos os índios “não podiam ter senão má vontade, visto que os olhavam como usurpadores de suas terras”. Eram, contudo, tidos pelo autor como “um embaraço todo dia, um grande mal que demandava pronto remédio para garantia da prosperidade nascente e o que é mais, das vidas dos arrendatários e colonos que afluíam em grande número”.<sup>66</sup> Por outro lado, a facilidade de captura do gado, dada a sua forma mais ou menos lassa de pastoreio, e, portanto, o interesse que despertou nos povos autóctones, que viam nos animais soltos a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares, faziam com que os povos indígenas fossem tidos pelos colonos como grave transtorno à economia local.

Para os criadores de gado daqueles tempos, os povos autóctones eram apenas mais um empecilho. Com isto, devemos nos afastar das concepções integracionistas do processo colonizador que resultaram nas teorias de Darci Ribeiro, para quem os impulsos de expansão ativados pelas sociedades mais “evoluídas” tecnologicamente revertiam, quase que necessariamente, num “movimento de incorporação histórica” que poria estes povos contactados “sob o domínio de um centro reitor fazendo-os transitar a outra etapa evolutiva, mas com perda de sua autonomia e mediante a sua conversão em proletariado externo de outros povos”.<sup>67</sup> Isto talvez seja válido para os grupos típicos do litoral que de uma forma ou de outra, foram recrutados para o trabalho nos engenhos de açúcar, ou ainda, no caso da sociedade sertaneja paulista, para o trabalho nas fazendas de trigo.<sup>68</sup> No sertão setentrional, muito ao contrário, as guerras aos índios neste momento, por razões estruturais da forma da evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao ma-

holandeses (1654) e a acentuação do movimento de expansão da pecuária, conflitos antes limitados tornaram-se cada vez mais frequentes, de modo que em breve uma situação de conflagração geral surgiria às vistas das autoridades coloniais, sendo denominada à época “Guerra dos Bárbaros”. Os ataques constantes dos tapuias do sertão às fazendas, plantações e povoados do Recôncavo Baiano resultariam em uma série de expedições punitivas que moldariam a dinâmica futura da guerra no sertão. Nesse sentido, entre os anos de 1651 e 1679, as guerras contra os tapuias que “assolavam” o Recôncavo Baiano serviram de campo de provas para novas estratégias que determinariam a forma do extermínio que seria praticado nos séculos vindouros. A partir de 1687, os levantes dos tapuias ganharam radicalidade, em particular no sertão noroeste do então Estado do Brasil, isto é, Pernambuco e capitânias anexas, principalmente no Rio Grande e Ceará. As chamadas “guerras do Açú”, apesar de serem normalmente tomadas como a Guerra dos Bárbaros como um todo pela bibliografia, são na verdade o caso específico dos conflitos desta região — do vale do rio Açú ou Piranhas —, no atual Rio Grande do Norte. Não obstante, a sinonímia se explica pela sua maior importância e significado. Posto que as diversas guerras movidas aos índios bravos se estenderam por todo o sertão pernambucano ou baiano, os episódios do Açú acabaram por cristalizar de maneira mais dramática o resultado de décadas de tirania e aniquilamento, mobilizando diversas nações em conflitos continuados. Estes punham em xeque o controle das regiões de fronteira do sertão de fora, na terminologia de Capistrano de Abreu, ameaçando, segundo a interpretação coeva dos agentes coloniais, a integridade do Estado do Brasil. Reforçando isso, parte da historiografia tem dado como verídica uma grande confederação articulada por diversos povos indígenas para barrar a invasão dos colonizadores e a expansão da economia do gado. Noção que será discutida mais adiante.

Neste novo contexto, o confronto peculiar ou geral que se armara no sertão fazia-se, especificamente, entre a fronteira da economia pecuária e os índios de grupos não-típicos, isto é, tapuias, historicamente irreductíveis. A forma específica da atividade econômica que embasara a ocupação, a pecuária extensiva de bovinos, implicou um acréscimo das possibilidades de conflitos por duas razões. De um lado, a extrema avidez de espaço resultante do modo específico de criação dos rebanhos no contexto ecológico de carência, tal como o do sertão semi-árido, implicava o levantamento dos indígenas, moradores seculares, que não podiam tolerar a intrusão e a conseqüente destruição de suas fontes de subsistência. Nesse sentido, Pereira d’Alencastre, autor de uma

<sup>66</sup> “Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí (1855)”. RIHGB, 20:18-9, 1857.

<sup>67</sup> Darci Ribeiro. *Os brasileiros. I. Teoria do Brasil*. Petrópolis, 1978, p. 43. Em outro livro, cuja primeira edição é de 1970, o antropólogo considerava, em breve passagem, o caso específico da conquista do Nordeste: “Os índios dos sertões do Nordeste opuseram toda resistência possível à invasão do seu território [...] Os grupos que mais se opuseram à invasão foram trucidados, sendo os sobreviventes aprestados como escravos para os canaviais da costa ou para reforçar a população das missões religiosas”. *Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. São Paulo, 1996, p. 65.

<sup>68</sup> Sobre as fazendas paulistas, veja o livro de John Manuel Monteiro. *Os negros da terra*. São Paulo, 1993.

das centenas de grupos indígenas existentes na época, apenas 26 habitavam atualmente na região, estabelecidos em 43 áreas. E, em termos culturais, hoje somente os fulniôs se expressam em língua própria, ao passo que todos os demais conhecem apenas o português.<sup>71</sup>

nejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de "limpeza do território".<sup>69</sup> Se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança, seja para refrear a "insolência" de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para as criações. Neste caso particular, os impulsos de expansão resultaram em situações extremamente nocivas e não-integradoras. Fato cheio de conseqüências para a história das políticas indigenistas do império na América, bem como (e principalmente) para o destino destes povos, primitivos habitantes do Brasil. A guerra de extermínio somou-se o contexto deletério da aculturação e miscigenação a que se submeteram alguns grupos indígenas que, feitas as contas, preferiram alinhar-se aos colonizadores. Os poucos que conseguiram acomodar-se em aldeamentos e missões eram utilizados em serviços diversos e cuidados para que tivessem sua alma "salva", na maior parte das vezes de sua própria vida e cultura. Dos que se passavam ao lado dos colonizadores, os guerreiros hábeis eram normalmente integrados às tropas enviadas para combater os irredentos. Para se ter idéia do resultado do aniquilamento a que foram submetidas as sociedades autóctones, hoje, a população indígena do Nordeste como um todo conta em cerca de 36.000 indivíduos, ou seja 5,5% da estimativa histórica à época do Descobrimento: pelo menos 652.000 pessoas, de acordo com John Hemming.<sup>70</sup> Quanto à diversidade destas sociedades,

<sup>69</sup> O mesmo ocorrendo nos sertões meridionais e na Amazônia. Contrariando a visão dominante na historiografia, John Monteiro demonstrou que "as expedições de apressamento oriundas de São Paulo, pouco tinham a ver com a expansão territorial. Muito pelo contrário: ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas — bem como as tropas de resgate da região amazônica e dos «descimentos» dos missionários em ambas as regiões — concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos. Parafraseando Capistrano de Abreu, a ação destes «colonizadores» foi, na realidade, tragicamente desprovoadora". John Manuel Monteiro, *Os negros da terra*. São Paulo, 1993, p. 7-8.

<sup>70</sup> *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, Appendix, p. 487-501. Para o debate sobre o tamanho das populações indígenas pré-colombianas, veja William Denevan (org.), *The Native Populations of the Americas in 1492*. Madison, 1978. John Manuel Monteiro critica a perspectiva unidimensional dos cálculos de Hemming que, partindo de uma demografia "estagnada" no marco zero de 1500, supõe a história destes povos como "a crônica de sua extinção"; como de fato o fez. Veja "As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência". *Brasil — nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa, 1992, p. 124-5. O censo de 1991, pela primeira vez, incluiu os índios como variável. Para o Nordeste, o resultado é próximo à contagem do CEDI (35.570 indivíduos), ou seja, 40.175 indivíduos, assim distribuídos: Piauí (314), Ceará (2.694), Rio Grande do Norte (394), Paraíba (3.778), Pernambuco (10.576), Alagoas (5.690), Sergipe (760), Bahia (16.023). Estes dados

foram publicados em Maria M. Azevedo & Gislaïne Fonseca, "Os índios e o censo demográfico de 1991". *Boletim da ABA*. Campinas, 29:15-30, 1998.

<sup>71</sup> Para uma etnografia dos fulniôs, veja Estevão Pinto, *Etnologia brasileira (Fulniô — os últimos tapuiás)*. São Paulo, 1956. Uma leitura crítica desse texto e das referências aos cariris, encontra-se em Dirceu Lindoso, "Na aldeia de Ia-ti-lhá (etnografia dos índios tapuias do Nordeste)". *ABN*, 11:21-45, 1991. Sobre as identidades emergentes, veja os artigos de João Pacheco de Oliveira, "Povos indígenas no Nordeste: fronteiras étnicas e identidades emergentes" *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, 270:31-4, julho-agosto de 1993; e de Carlos Alberto Ricardo, "Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil". In: Aracy L. da Silva & L. D. B. Grupioni. *A temática indígena na escola*. Brasília, 1995, p. 29-56.